



6335965

08116.001905/2023-14



MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS
FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

| 1 - INFORMAÇÕES BÁSICAS | |
|-------------------------|--|
| Número do processo: | 08116.001905/2023-14 |
| Área requisitante: | Serviço de Apoio Administrativo - SEAD/CR-MPur |

2- DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza, higienização, asseio e conservação para o atendimento das necessidades das sedes administrativas da Coordenação Regional Médio Purus, Coordenação da Frente de Proteção Etnoambiental Madeira Purus e CTLs a ela vinculadas e Flutuante.

Cumpre informar a impossibilidade de prorrogar-se o Contrato n.º 59/2018 que compõe o processo n.º 08116.000550/2018-71, cujo objeto é a prestação de serviços de limpeza e conservação (06 postos), que atingiu o limite máximo, conforme previsão legal, de sessenta meses, tendo sua vigência encerrada na data de **30/09/2023**.

Ressalte-se que os serviços de limpeza e conservação se constituem imprescindíveis para assegurar o atendimento de servidores e clientela do órgão, garantir a salubridade ambiental, de forma a promover e preservar a saúde do público interno e externo, bem como a manutenção dos bens patrimoniais da unidade, uma vez que a ausência de limpeza causa proliferação de doenças, requerendo portanto maior efetividade nas ações de higienização ambiental visando a sua prevenção.

Importa salientar ainda que o público atendido pelo órgão é considerado pela OMS como um dos mais frágeis, pois as populações indígenas possuem alta suscetibilidade a doenças das populações não índias, o que requer maior cuidado e vigilância quanto a essa questão, desta feita, os serviços em tela visam garantir as condições mínimas de saneamento, salubridade, preservação do patrimônio público, e cuja interrupção implicará em sérios transtornos, inclusive comprometendo o funcionamento regular da unidade.

Assim, uma vez que essas atividades não se enquadram nas possibilidades legais de contratação de colaboradores eventuais, dado que os serviços são de natureza comum, que as ações de fiscalização e proteção acontecerão pelos próximos anos e que as operações estão vinculadas por decisão exarada pela Suprema Corte, alude-se a imprescindibilidade da contratação em comento.

A presente contratação visa a prestação dos serviços de limpeza, conservação e higienização, com fornecimento de mão de obra exclusiva, materiais e equipamentos, que constituem-se objeto de execução indireta por se tratarem de atividades acessórias ou complementares aos assuntos de competência legal deste órgão e não se enquadrarem em atividades inerentes às categorias profissionais do quadro de pessoal desta Fundação.

Importa salientar ainda que, a Lei nº 9.632, de 07/05/98 extinguiu vários cargos integrantes da estrutura dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, bem como tornou progressiva a extinção de cargos ocupados quando da sua vacância. O Decreto nº 2.271, de 07/07/97, propicia então aos órgãos a possibilidade das atividades extintas serem transferidas para a execução indireta, conforme menciona o art. 1º e o parágrafo 1º:

Art. 1º No âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional poderão ser objeto de execução indireta as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade.

As atividades de conservação, limpeza, segurança, vigilância, transportes, informática, copeiragem, recepção, reprografia, telecomunicações e manutenção de prédios, equipamentos e instalações serão, de preferência, objeto de execução indireta.

Sobre a viabilidade jurídica da contratação, a Portaria MPDG nº 443, de 27 de dezembro de 2018, que regulamenta o Decreto nº 9.507/2018, que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços pela Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, assim prevê:

Art. 1º No âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, serão preferencialmente objeto de execução indireta, dentre outros, os seguintes serviços:

I - alimentação;

(...)

VIII - copeiragem;

(...)

XIV - limpeza;

Esclareça-se também que o objeto **não se enquadra nas vedações do artigo 9º da IN nº 05/2017 – SEGES/MP**, in verbis:

Art. 9º Não serão objeto de execução indireta na Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional:

I - atividades que envolvam a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle;

II - as atividades consideradas estratégicas para o órgão ou entidade, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias;

III - as funções relacionadas ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção; e

IV - as atividades inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal.

Parágrafo único. As atividades auxiliares, instrumentais ou acessórias às funções e atividades definidas nos incisos do caput podem ser executadas de forma indireta, sendo vedada a transferência de responsabilidade para realização de atos administrativos ou a tomada de decisão para o contratado.

Conforme texto legal, não resta dúvida que o objeto ora pretendido compõe o rol de atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem a área de competência legal do órgão, o qual poderá ser objeto de contratação.

Portanto, diante do exposto, para assegurar as condições básicas de salubridade ambiental do imóvel da sede administrativa da Coordenação Regional Médio Purus, CTLs e Coordenação da Frente de Proteção Etnoambiental e Flutuante a ela vinculadas, é que se torna fundamental e necessário a

imediate contratação dos serviços em comento.

3- DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para atendimento das necessidades que justificam a contratação e o alcance dos resultados esperados para os serviços, estes devem satisfazer os requisitos, procedimentos e metodologias listados abaixo, não se tratando de rol exaustivo:

A execução dos serviços deverá ser iniciada a partir da data de início da vigência do contrato;

Fornecer no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos os uniformes dos terceirizados, contados a partir da assinatura do contrato, sob pena de glosa do valor do mesmo caso não seja apresentado comprovação da entrega a Contratante;

A Contratada deverá designar formalmente a Contratante um preposto, fazendo constar todos os dados, especialmente os referentes a contato (e-mail, tel. e demais necessários), antes do início da prestação dos serviços em cujo instrumento deverá constar expressamente os poderes e deveres em relação à execução do objeto, conforme dispõe o Art. 44 da IN 05/2017;

A Contratada deverá respeitar o disposto na Convenção Coletiva de Trabalho ou Acordo Coletivo 2024/2024, NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: AM000563/2023, celebrada entre o SINDICATO DOS EMP.EM EMP.DE ASSEIO E CONS. DO EST.DO AM, CNPJ n. 23.006.562/0001-48, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). BENILSON CAVALCANTE HIPOLITO; E SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO DO ESTADO DO AMAZONAS, CNPJ n. 34.501.213/0001-19, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). LUIZ RODRIGUES COELHO FILHO; (SEI 6238391) adotado para a categoria profissional constante em sua proposta e para o estabelecimento da avença;

A empresa prestadora dos serviços deverá se comprometer em manter, juntamente com os terceirizados por ela disponibilizados, todas as condições que garantam o sigilo das informações do órgão, bem como zelar pelos princípios que regem a Segurança da Informação - a confidencialidade, integridade e disponibilidade - sendo responsável por qualquer evento que viole algum destes princípios ou condições decorrentes da prestação de seus serviços;

Os serviços de limpeza e conservação, serão prestados nas dependências da Coordenação Regional Médio Purus, CTL's de Lábrea, Canutama, Tapauá e Pauini, CFPE Madeira Purus e base flutuante, de segunda a sexta-feira, no horário compreendido entre 08h00 às 12:00 e 14:00 às 18h00, conforme necessidade da instituição, nunca ultrapassando a carga horária de 44 horas semanais.

O serviço possui natureza continuada, não se esgotando numa execução, sendo de caráter essencial para o desenvolvimento das atividades administrativas.

Os serviços que tratam a presente contratação deverão ser executados com zelo e destreza, com material de qualidade e de acordo com as descrições e periodicidade das tarefas básicas abaixo, não eximindo a empresa da responsabilidade da execução de outras atividades atinentes ao objeto, a qualquer tempo e a critério da CR Médio Purus.

Os serviços de limpeza, copeiragem e de cozinheiro são de natureza continuada, de forma que, pela sua essencialidade, necessitam ser mantidos de forma permanente e contínua, visando assegurar a integridade do patrimônio público e a manutenção das atividades finalísticas do órgão no cumprimento da missão institucional, estando em conformidade com o art. 15 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017;

Todos os materiais e equipamentos fornecidos deverão ser de qualidade reconhecida pelos órgãos competentes, ANVISA e INMETRO, os quais deverão ser fornecidos mensalmente para a perfeita execução das atividades dos terceirizados que prestam serviço ao órgão;

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados conforme vigência contratual, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

Comprovar que tenha executado serviços compatíveis em quantidades e especificações com o objeto da presente contratação por período não

inferior a 3 (três) anos;

Comprovar que possui infraestrutura técnica e operacional para executar o objeto do futuro contrato;

A contratada deverá dispor de pessoal capacitado e com experiência na área de atuação dos postos objeto da presente contratação;

Os prestadores dos serviços deverão estar com suas carteiras de vacinação em dia, uma vez que irão estar em contato com indígenas nos locais de prestação dos serviços;

Observar o fiel cumprimento das normas internas do órgão e legislação específica afeta aos serviços contratados;

Será admitido o lance que atingir até a faixa de valor de 20% (trinta por cento) de desconto sobre o valor de referência estimado para o posto poderão ser aceitos, mas será obrigatória a demonstração da viabilidade através de documentação que a comprove, por meio de detalhamento da metodologia adotada para formação de preços, com fundamentação legal pertinente e memória de cálculo, que os valores apresentados pelo licitante são coerentes com os de mercado, e com as disposições dos encargos e tributos da Administração Pública, ademais de prever:

a) piso salarial;

b) auxílio transporte

c) garantia;

d) impostos;

e) custos operacionais diretos e indiretos do objeto licitado;

f) os percentuais condizentes ao pagamento pelo fato gerador.

Em cumprimento ao previsto na alínea “a” do inciso V do art. 8º do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, os valores destinados ao pagamento de férias, décimo terceiro salário, ausências legais e verbas rescisórias dos empregados da contratada que participarem da execução dos serviços contratados serão efetuados pela contratante à contratada somente na ocorrência do fato gerador.

Apresentar a proposta contemplando o valor total/global dos custos da contratação, inclusive aqueles estimados para as ocorrências de fatos geradores, conforme Anexo VII-D da IN nº 5, de 2017.

As empresas que durante o estudo do edital verificarem que os preços de lance de suas propostas abranger ou for superior ao índice de percentual de alerta para o preço de referência, e já sabedoras que serão cobradas para apresentação do estudo de viabilidade de fornecimento, deverão estar com todos os documentos necessários à comprovação, para que a fase de aceitação da proposta, no prazo de 2 (duas) horas, contados da notificação do pregoeiro, remeta toda a documentação comprobatória de viabilidade da proposta, por meio da opção incluir anexo do Compras.gov.br.

O enquadramento da categoria profissional encontra-se assim definida na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO):

Auxiliar de limpeza - 5143-20

Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação dos serviços.

4- LEVANTAMENTO DE MERCADO

Soluções de Mercado:

No atual cenário nacional, a contratação de empresa terceirizada para a o fornecimento de mão de obra dedicada para a prestação dos serviços de limpeza, asseio e conservação, é a forma comumente adotada pelos órgãos públicos para suprir suas demandas. Para tanto, no panorama das contratações públicas fica evidenciado que há uma ampla gama de empresas que atuam nesse ramo, e estas podem fornecer os serviços independente da localização onde se

encontra sua sede, tal peculiaridade dos serviços terceirizados permite promover um certame com ampla concorrência e obter uma contratação mais vantajosa para a Administração.

Solução escolhida:

Pregão Eletrônico para contratação de empresa especializada no fornecimento de mão de obra dedicada para prestação dos serviços terceirizados de limpeza, copeiragem e cozinheiro, a ser processado mediante licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, objetivando atender as necessidades da sede administrativa da da Coordenação Regional Médio Purus, CTL's de Lábrea, Canutama, Tapauá e Pauini, CFPE Madeira Purus e base flutuante, possibilitando um ambiente limpo e organizado, favorecendo o bom desempenho dos trabalhos realizados pelos servidores e na recepção dos usuários e de eventuais visitantes no local.

5- DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução como um todo compreende o detalhamento necessário para a contratação de empresa terceirizada para o fornecimento de mão de obra dedicada para a prestação dos serviços de limpeza, com fornecimento de todos os materiais, equipamentos e EPIs para o atendimento das necessidades da sede administrativa dada Coordenação Regional Médio Purus, CTL's de Lábrea, Canutama, Tapauá e Pauini, CFPE Madeira Purus e base flutuante, possibilitando um ambiente limpo e organizado, favorecendo o bom desempenho dos trabalhos realizados pelos servidores e na recepção dos usuários e de eventuais visitantes no local.

Da Demanda e Jornada de Trabalho:

Os serviços deverão ser prestados por profissionais qualificados conforme a especificidade requerida para a sua natureza, cuja contratação da totalidade de postos ocorrerá de forma imediata a homologação do certame.

Considerando a necessidade do órgão quanto aos serviços, a categoria profissional, seus quantitativos e carga horária são os discriminados na tabela abaixo:

| DESCRIÇÃO DO SERVIÇO | POSTO | CBO | CARGA HORÁRIA | HORÁRIO DE TRABALHO | Nº DE SERVENTES |
|--|---------------------|---------|-------------------|---|-----------------|
| SERVIÇO DE LIMPEZA, HIGIENIZAÇÃO, ASSEIO E CONSERVAÇÃO PREDIAL | SERVENTE DE LIMPEZA | 5143-20 | 44 horas semanais | Segunda-feira a sexta-feira 8 horas diárias com intervalo de 2 hs para almoço, sendo que aos sábados, quando necessário, o limite será de 4 horas | 6 |

Não haverá o pagamento de hora extra ou assemelhados, podendo excepcionalmente, ser autorizada a formação de banco de horas, de acordo com cronograma estabelecido pelo Gestor/fiscal do contrato, devendo a compensação ser feita no prazo máximo de 6 (seis) meses, observando-se os dispositivos legais aplicáveis.

Os horários descritos no item anterior poderão ser alterados de acordo com a conveniência administrativa do CONTRATANTE, desde que não exceda a carga horária de trabalho semanal previamente estabelecida, e que a CONTRATADA seja informada, no mínimo, com 48 horas de antecedência.

Aos sábados, domingos e feriados, e nos períodos noturnos de segunda a sexta-feira, os serviços, quando necessários, serão prestados em regime de chamada eventual para os casos excepcionais e de urgência, mediante regime de compensação de jornada.

A CONTRATANTE terá o direito de alterar os horários estabelecidos, respeitada a natureza diurna e a jornada de trabalho diária, sempre que julgar necessário, bastando comunicar antecipadamente à CONTRATADA.

Não serão concedidos aos trabalhadores da contratada direitos típicos de servidores públicos, tais como recesso, ponto facultativo, dentre outros, exceto mediante as hipóteses de compensação de jornada previamente convencionadas e/ou autorizadas, a critério e no interesse da Administração.

Nas hipóteses de faltas aos serviços em decorrência de paralização do transporte público, interesses particulares e quaisquer situações assemelhadas, não havendo a imediata cobertura do posto de trabalho, a CONTRATANTE fica autorizada a processar a glosa proporcional ou total das horas não trabalhadas, ficando, todas as obrigações trabalhistas decorrentes das referidas faltas, integralmente sob responsabilidade da CONTRATADA.

Excepcionalmente, a critério da CONTRATANTE, poderá ser solicitada a prestação dos serviços em dias, horários e locais distintos daqueles indicados, mantidas as demais condições estabelecidas neste instrumento.

Os serviços que exigirem a paralisação das instalações deverão ser executados em horário que não dificulte o desempenho das atividades da CONTRATANTE, inclusive se necessário nos finais de semana, feriados, ou fora do horário normal de expediente, compensados nos termos legais.

Local de Prestação dos Serviços:

O local de prestação dos serviços segui conforme abaixo:

| DESCRIÇÃO DO SERVIÇO | POSTO | CBO | LOCAL DE TRABALHO | ENDEREÇO | Nº DE SERVENTES |
|--|---------------------|---------|---|--|-----------------|
| SERVIÇO DE LIMPEZA, HIGIENIZAÇÃO, ASSEIO E CONSERVAÇÃO | SERVENTE DE LIMPEZA | 5143-20 | Coordenação Regional Médio Purus e CFPE Madeira Purus | Rua Marechal Deodoro, nº 2220, Centro - CEP 69.830-000 | 1 |
| SERVIÇO DE LIMPEZA, HIGIENIZAÇÃO, ASSEIO E CONSERVAÇÃO PREDIAL | SERVENTE DE LIMPEZA | 5143-20 | Coordenação Técnica Local de Lábrea | Rua Marechal Deodoro, nº 2220, Centro - CEP 69.830-000 | 1 |
| SERVIÇO DE LIMPEZA, HIGIENIZAÇÃO, ASSEIO E CONSERVAÇÃO PREDIAL | SERVENTE DE LIMPEZA | 5143-20 | Coordenação Técnica Local Canutama | Rua Omar Pantoja, S/N, Centro, CEP 69.820-000 | 1 |
| SERVIÇO DE LIMPEZA, HIGIENIZAÇÃO, ASSEIO E CONSERVAÇÃO PREDIAL | SERVENTE DE LIMPEZA | 5143-20 | Coordenação Técnica Local Tapauá | Rua Travessa João Paulo II nº 65 - Bairro: Manuel Costa, CEP: 69.480-000 | 1 |
| SERVIÇO DE LIMPEZA, HIGIENIZAÇÃO, ASSEIO E CONSERVAÇÃO PREDIAL | SERVENTE DE LIMPEZA | 5143-20 | Coordenação Técnica Local Pauini | Rua Valdir Alves de Souza nº 02 - Bairro: Mangueiral, CEP: 69.860-000 | 1 |
| SERVIÇO DE LIMPEZA, HIGIENIZAÇÃO, ASSEIO E CONSERVAÇÃO PREDIAL | SERVENTE DE LIMPEZA | 5143-20 | Flutuante | Rua Trapicho Beira Mar, S/N Centro - CEP 69.830-000 | 1 |

Do Salário e Auxílios de Referência:

Conforme valores definidos em Acordo Coletivo de Trabalho os auxílios e salários de referência constantes da Tabela abaixo são os valores mínimos a serem pagos para as categorias profissionais.

O estabelecimento de valores mínimos salariais a serem observados tem, dentre outros objetivos, a função de balizar a estimativa de custos dos postos de trabalho e garantir a condição de isonomia na elaboração das propostas por parte dos licitantes que participarem do certame.

Para a definição dos valores fora considerado o piso salarial constante no Convenção Coletiva de Trabalho 2024/2024, sob o Número de Registro no AM000563/2023, celebrado entre o SINDICATO DOS EMP.EMP.DE ASSEIO E CONS. DO EST.DO AM, CNPJ n. 23.006.562/0001-48, E SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO DO ESTADO DO AMAZONAS, CNPJ n. 34.501.213/0001-19, conforme tabela abaixo:

| CATEGORIA | SALÁRIO DE REFERÊNCIA | CESTA BÁSICA |
|---------------------|-----------------------|--------------|
| Servente de Limpeza | R\$ 1.450,00 | R\$ 130,00 |

O valor do auxílio transporte contempla percentual de desconto previsto no instrumento adotado ou legislação afeta, que é de no máximo 6% (seis por cento) do salário base do trabalhador.

Dos requisitos mínimos de qualificação:

Os requisitos mínimos de qualificação exigidos dos colaboradores a serem alocados nos postos de trabalho são:

Formação mínima de ensino médio concluído;

Experiência mínima de seis meses na área de atuação;

Descrição dos Serviços:

I - LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PREDIAL

A execução do serviço de limpeza e conservação, não sendo considerada uma lista exaustiva, pois demandas não elencadas, mas que possuam a mesma natureza destas podem surgir durante a vigência do contrato, as quais ocorrerão da seguinte forma:

ÁREAS INTERNAS

Diariamente, uma vez, quando não explicitado:

Remover, com pano úmido, o pó das mesas, armários, arquivos, prateleiras, peitoris, bem como dos demais móveis existentes, inclusive aparelhos elétricos, extintores de incêndio, etc.;

Limpar regularmente, ou quando requerido, com pano umedecido em álcool todos os materiais e equipamentos que estão sendo utilizados para atendimento e execução dos trabalhos;

Proceder a lavagem de bacias, assentos e pias dos sanitários com saneante domissanitário desinfetante, duas vezes ao dia;

Varrer, passar pano úmido nos pisos e elevador;

Limpar com saneantes domissanitários os pisos dos sanitários, copas e outras áreas molhadas, duas vezes ao dia;

Abastecer com papel toalha, higiênico e sabonete líquido os sanitários, quando necessário;

Retirar o pó dos telefones com flanela e produtos adequados;

Retirar o lixo duas vezes ao dia, acondicionando-o em sacos plásticos de cem litros, removendo-os para local indicado pela Administração;

Quando for implantada coleta seletiva, esta deverá ser procedida com destinação do papel para reciclagem, nos termos da IN/MARE nº 06 de 03

de novembro de 1995;

Suprir os bebedouros com garrações de água mineral, adquiridos pela Administração;

Executar transporte/movimentação de móveis, pequenos objetos e material de informática, quando necessário;

Substituir sacos de lixo das lixeiras das salas e sanitários;

Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária.

Semanalmente, uma vez, quando não explicitado:

Limpar atrás dos móveis, armários e arquivos;

Limpar, com produtos adequados, divisórias, portas, barras e batentes;

Lustrar todo o mobiliário envernizado com produto adequado e passar flanela nos móveis encerados;

Limpar, com produto apropriado, as forrações de couro, polipropileno ou plástico em assentos e poltronas;

Limpar e polir todos os metais, como válvulas, registros, sifões, fechaduras, etc.;

Passar pano úmido com saneantes domissanitários nos telefones;

Limpar os espelhos com pano umedecido em álcool, duas vezes por semana;

Retirar o pó e resíduos, com pano úmido, dos quadros em geral;

Executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.

Mensalmente, uma vez, quando não explicitado:

Limpar todas as luminárias e lâmpadas;

Limpar forros, paredes e rodapés;

Limpar cortinas com equipamentos e acessórios adequados;

Remover manchas de paredes;

Limpar, engraxar e lubrificar portas, grades, basculantes, janelas, etc.;

Proceder a uma revisão minuciosa de todos os serviços prestados durante o mês.

Semestralmente, uma vez, quando não explicitado:

Lavar as caixas d'água do prédio, removendo a lama depositada, desinfetando-a;

Lavar, pelo menos duas vezes por ano as paredes externas revestidas em concreto, granito, mármore ou pintura;

Retirar o pó e limpar calhas e luminárias.

ESQUADRIAS EXTERNAS

Semanalmente, uma vez, quando não explicitado:

Limpar todos os vidros (face interna/externa), aplicando-lhes produtos antiembaçantes.

ÁREA EXTERNA

Diariamente, uma vez, quando não explicitado:

Remover tapetes procedendo a sua limpeza;

Varrer, passar pano úmido e polir os pisos;

Varrer as áreas pavimentadas, cimentadas e não cimentadas que compreendem a área externa do imóvel;

Retirar o lixo duas vezes ao dia, acondicionando-o em sacos plásticos de cem litros, removendo-os para local indicado pela Administração;

Quando for implantada coleta seletiva, esta deverá ser procedida com destinação do papel para reciclagem, nos termos da IN/MARE nº 06 de 03 de novembro de 1995;

Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária.

Semanalmente, uma vez, quando não explicitado:

Limpar e polir todos os metais (torneiras, válvulas, registros, sifões, fechaduras, etc.)

Lavar os pisos com materiais adequados;

Retirar papéis, detritos e folhagens das áreas verdes;

Executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.

Quinzenalmente, uma vez, quando não explicitado:

Lavar as áreas cobertas destinadas a garagem/estacionamento.

Definição de saneantes domissanitários:

São substâncias ou materiais destinados à higienização, desinfecção domiciliar, em ambientes coletivos e/ou públicos, em lugares de uso comum e no tratamento da água compreendendo:

Desinfetantes: destinados a destruir, indiscriminada ou seletivamente, microrganismos, quando aplicados em objetos inanimados ou ambientes;

Detergentes: destinados a dissolver gorduras e à higiene de recipientes e vasilhas, e a aplicações de uso doméstico;

Material de higiene: papel toalha, papel higiênico e sabonete líquido.

Observação: São equiparados aos produtos domissanitários os detergentes e desinfetantes e respectivos congêneres, destinados à aplicação em objetos inanimados e em ambientes, ficando sujeitos às mesmas exigências e condições no concernente ao registro, à industrialização, entrega ao consumo e fiscalização.

Dos Uniformes:

A CONTRATADA deverá fornecer 02 (dois) conjuntos completos de uniformes condizentes com a atividade a ser desempenhada e adequados às

condições climáticas do local da prestação de serviço, devendo distribuí-los por intermédio da fiscalização da CONTRATANTE.

As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade e deverão possuir o logotipo da empresa.

Os uniformes completos deverão estar entregues aos empregados, no início da vigência do contrato, mediante recibo com a especificação de cada peça recebida e seus quantitativos, cuja cópia deverá ser encaminhada ao gestor do contrato, no prazo de 05 (cinco) dias após a efetivação da entrega.

O prazo máximo para entrega dos uniformes é de 15 (quinze) dias corridos após assinatura do contrato.

Os uniformes deverão ser substituídos semestralmente, sem a necessidade de notificação, independente da data de entrega, ou a qualquer momento, quando não atenderem às condições mínimas de apresentação, devendo neste último caso ser entregues no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados da notificação da CONTRATADA.

No caso de gestantes, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, devendo ser fornecidos, no prazo de 15 (quinze) dias após a solicitação ser substituídos sempre que necessário, por outros de medidas adequadas, independentemente da periodicidade semestral.

Os uniformes deverão ter corte adequado a cada profissional, masculino ou feminino, seguindo o padrão de boa qualidade e de apresentação exigidos pela CONTRATANTE, devendo a CONTRATADA providenciar as devidas adaptações, quando necessárias, e arcar com os custos decorrentes.

A distribuição deverá ser realizada em dia único para todos os profissionais alocados, não podendo a CONTRATADA, em hipótese alguma, substituir a entrega de qualquer das peças por pecúnia.

A CONTRATADA não poderá sob qualquer pretexto, repassar os custos de qualquer dos itens do uniforme ou dos materiais/ equipamentos/ ferramentas de trabalho a seus empregados.

Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

Relação de Uniformes:

| ITEM | DESCRIÇÃO | QUANTIDADE |
|------|-------------|----------------------------------|
| 1 | CAMISA | 02 por posto, por semestre |
| 2 | CALÇA | 02 por posto, por semestre |
| 3 | MEIAS | 02 pares por posto, por semestre |
| 4 | SAPATO/BOTA | 01 por posto, por semestre |
| 5 | CRACHÁ | 01 por posto por ano |

Equipamento de Proteção Individual - EPI

Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar EPI'S, nas quantidades estimadas e qualidades necessárias para a perfeita execução dos serviços, promovendo sua substituição quando necessário.

A Contratada deverá fornecer, treinar e exigir que seus empregados utilizem equipamentos de segurança proporcionando a eles condições que lhes protejam a saúde e/ou previna acidentes e/ou doenças do trabalho.

Os EPIs serão entregues aos prestadores de serviços sem qualquer desconto dos empregados.

Cada empregado, mediante recibo contendo a lista descritiva relacionando cada EPIs deverá assinar, datar e atestar ter recebido os materiais completos. Uma via desta relação assinada deverá ser entregue antes do efetivo início dos trabalhos à Fiscalização do Contrato.

Todo o EPI fornecido deve ter Certificado de Aprovação, expedido por órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho, conforme a Norma Regulamentadora ME nº 6, de 8 de junho de 1978.

O EPI deve ser substituído sempre que estiver danificado, fora da validade, sem suas características de proteção, quando não couber ou não estiver confortável para o empregado ou quando a CONTRATANTE entender ser adequada a sua substituição.

Dos Materiais para a prestação dos Serviços:

Os materiais a serem fornecidos pela CONTRATADA para a prestação dos serviços são os discriminados na tabela abaixo:

| Materiais de limpeza - quantitativos máximos a serem entregues MENSALMENTE | | |
|---|------------|---|
| QTD | UND | Descrição do Material |
| 04 | Litro | Água Sanitária; composição química: hipoclorito de sódio, hidróxido de sódio, cloreto; cor: incolor; aplicação: lavagem e alvejante de roupas, banheiras, pias; tipo: comum; frasco: 1 litro. |
| 05 | Litro | Álcool etílico limpeza de ambientes; tipo: hidratado, aplicação: produto limpeza doméstica; características adicionais: incolor; concentração: 46"INPM; frasco: 1 litro. |
| 06 | Frasco | Aromatizante Ambiental; aroma: lavanda; aplicação: geral; apresentação: aerosol; características adicionais: biodegradável; frasco: 400ml |
| 04 | Frasco | Saponáceo; composição: detergente; aplicação: limpeza de pisos, paredes e louças; características adicionais: biodegradável; frasco: 300g. |
| 04 | Unidade | Desinfetante; composição: a base de quaternário de amônio; princípio ativo: cloreto alquil dimetil benzil amônico + tensoativos; teor ativo: teor ativo em torno de 15%; forma física: solução aquosa; característica adicional: com aroma. |
| 04 | Frasco | Detergente; composição: tensoativos aniônicos, coadjuvante, preservantes; componente ativo: linear alquibenzeno sulfonato de sódio; aplicação: remoção de gorduras de louças, talheres e panelas; aroma: natural; características adicionais: contém tensoativo biodegradável; frasco: 500ml. |
| 04 | Frasco | Solução de Limpeza Multiuso; composição básica: água sanitária, alvejante e desinfetante; aspecto físico: líquido; aplicação: limpeza geral, características adicionais: tampa dosadora de fluxo; frasco: 500ml. |
| 03 | Unidade | Esponja de Limpeza; material: espuma/nylon; formato: retangular; abrasividade: mínima/média; aplicação: utensílios e limpeza em geral; características adicionais: dupla face; comprimento mínimo: 110mm; largura mínima: 75mm; espessura mínima: 20mm. |
| 06 | Unidade | Flanela; material: microfibra; comprimento: 22cm; largura: 22cm. |
| 02 | Pacote | Esponja de Limpeza; aplicação: Limpeza geral; material: lã de aço; pacote: 8 unidades. |
| 05 | Unidade | Pano de Limpeza; material: 100% algodão; comprimento: 70cm; largura: 58cm; características adicionais: alvejado; cor: branca; tipo: saco. |

| | | |
|----|---------|---|
| 06 | Pacote | Pano de Limpeza; Material: 100% em fibra de viscose, látex sintético; comprimento: 60cm; largura: 33cm; características adicionais: corante e agente bacteriostático, sem cheiro; aplicação: uso doméstico; pacote: 5 unidades. |
| 30 | Unidade | Papel higiênico; Material: celulose virgem; largura: 10cm; cor: branca; características adicionais: picotado, folha dupla; rolo: 30 metros. |
| 06 | Unidade | Sabão em pó; aplicação: limpeza geral; aditivos: não aplicável; odor: não aplicável; embalagem com 1kg. |
| 03 | Unidade | Sabonete líquido; aspecto físico: líquido perfumado; cor: azul; odor: floral; aplicação: saboneteira para sabonetes líquidos; frasco: 1 litro. |
| 03 | Pacote | Toalha de Papel; material: papel; tipo de folha: 2 dobras; comprimento: 22,50cm; largura: 21,50; cor: branca; características adicionais: interfolhada; aplicação: em toaletes; pacote: 1250 folhas. |
| 06 | Unidade | Álcool etílico limpeza de ambientes; tipo: etílico hidratado; características adicionais: gel; concetração: 70%; frasco: 500ml. |
| 05 | Unidade | Desinfetante; composição: a base de quaternário de amônio; princípio ativo: cloreto alquil dimetil benzil amônio + tensioativos; teor ativo; solução concentrada, teor ativo em torno de 50%; forma física: solução aquosa; característica adicional: com aroma; frasco: 1 litro. |
| 07 | Pacote | Saco plástico lixo; capacidade: 100L; cor: preta; apresentação: peça única; pacote: 10 unidades. |
| 06 | Pacote | Saco plástico lixo; capacidade: 50L; cor: preta; largura: 63cm; altura: 80cm; características adicionais: peça única/suporta 10kg/identificado/etiquetado; espessura: 0,06mm; material: polietileno alta densidade; pacote: 10 unidades. |
| 04 | Par | Luva de borracha; material: látex natural; tamanho: grande; uso: multiuso. |

| Materiais de limpeza que devem sempre haver na Coordenação em bom estado de uso – Aquisição SEMESTRAL ou sempre que necessário: | | |
|---|---------|---|
| QTD | UND | Descrição do Material |
| 03 | Unidade | Vassoura; material cerdas: pêlo sintético; material cepa: polipropileno; comprimento cepa: 40cm; características adicionais: cabo de madeira plastificada; diâmetro cepa: cepa 25cm. |
| 02 | Unidade | Pá coletora lixo; material coletor: plástico; material cabo: alumínio revestido com plástico; comprimento cabo: 80cm; características adicionais: cabo e coletor em ângulo de 90°. |
| 03 | Unidade | Rodo; material cabo: madeira plastificada; material suporte: polipropileno; comprimento suporte: 40cm; quantidade borrachas: 2 uni; características adicionais: cabo plastificado e serrilha na base. |
| 03 | Unidade | Lixeira; material: plástico; capacidade: 9 litros; tipo: telada; diâmetro: 25cm; altura 28cm. |
| 02 | Unidade | Escova limpeza geral; material corpo: aço aramado; material cerdas: polietileno; comprimento: 40cm. |

| Equipamentos de Limpeza | | |
|-------------------------|---------|---|
| QTD | UND | Descrição do Material |
| 01 | Unidade | Escada doméstica; material: alumínio; número degraus: 7 unidades; revestimento degraus: borracha antiderrapante; tipo pintura: epóxi; tipo degraus: articuláveis. |

| | | |
|----|---------|--|
| 01 | Unidade | Extensão Elétrica; tipo: cabo pp plano; comprimento: 40 m; tensão 250 V; corrente: 10 A; seção nominal; 2,5 mm; acessórios: 5 tomadas fêmeas e pluque terra. |
| 01 | Unidade | Roçadeira Manual; tipo motor: gasolina; potência motor: 1,7 KW; tipo cortador: fio náilon e/ou lâmina de aço; rotação: 12.300 RPM; peso aproximado: 7,30 kg; características adicionais: lateral; aplicação: corte grama, capim, pasto, arbusto, capoeiras e pe; tipo: costal. |
| 01 | Unidade | Mangueira; material: silicone; aparência visual: incolor; diâmetro interno: 3/8 pol, comprimento: 50 m; espessura parede: 1,5 mm. |
| 01 | Unidade | Lavadora alta pressão. |

A previsão apresentada é baseada no consumo de anos anteriores, bem com no redimensionamento devido a expectativa de novos servidores no quadro , servindo unicamente como indicativo de quantidade, não se configurando qualquer tipo de limite, mínimo ou máximo necessários.

A CONTRATADA É ENCARGADA DE DIMENSIONAR OS MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, SE RESPONSABILIZANDO PELO DIMENSIONAMENTO EQUIVOCADO E PELOS CUSTOS DOS QUANTITATIVOS ESTIMADOS NESTA PREVISÃO.

Justifica-se o fornecimento dos materiais pela empresa e não pelo órgão contratante em virtude dos seguintes motivos:

As empresas adquirem material em quantidade muito superior às necessidades de determinada unidade, visto que detêm vários contratos, podendo, assim, obter preços mais reduzidos que a Administração;

Mesmo que, somente por hipótese, a Administração pudesse realizar a compra do material por preços mais reduzidos que o da empresa, deveria ser considerado outros custos envolvidos, tais como a remuneração dos servidores que se ocupariam dessa atividade em detrimento de outras mais prioritárias, transporte, armazenagem e eventuais perdas;

Os materiais necessitam de grandes áreas para armazenagem, tendo a Administração mais um encargo, o de providenciar o espaço adequado para a armazenagem;

Em que pese o planejamento e o controle de estoque, a fim de que não falte material, mesmo assim, podem ocorrer atrasos na entrega, bem como recusa dos materiais por não atendimento das especificações do edital, ocasionando falta de materiais;

Ocupar servidores que poderiam estar efetuando contratações prioritárias para a realização de um processo para aquisição de materiais que a empresa tem total condição de fornecer ferir o princípio da razoabilidade;

Assim, com a contratação dos serviços com emprego de todos os materiais e equipamentos, pretende-se alcançar a conciliação entre os menores custos possíveis da contratação e o atendimento adequado das necessidades da Administração.

Da Prestação dos Serviços:

A execução dos serviços será iniciada a partir da data indicada no respectivo contrato.

Dado o caráter continuado dos serviços, uma vez que pela sua essencialidade é requerido de forma permanente e por mais de um exercício financeiro, pois sua interrupção poderá comprometer as atividades do órgão no cumprimento da missão institucional, o contrato deverá ser firmado por 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

Por se enquadrar nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, os serviços serão transferidos para a execução indireta.

A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer

relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

Os empregados da CONTRATADA ficarão à disposição nas dependências da CONTRATANTE para a prestação dos serviços.

Os recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação não poderão ser compartilhados para execução simultânea de outros contratos.

Regime de Execução e Critério de Seleção

A contratação dos serviços será pela forma de EXECUÇÃO INDIRETA e pelo REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

A licitação deverá utilizar o critério de julgamento MENOR PREÇO e adjudicação do objeto pelo MENOR PREÇO POR GRUPO.

Da Classificação dos Serviços

Trata-se de serviços comuns de Limpeza e Conservação Predial, Copeiragem e Cozinheiro, de caráter continuado e com fornecimento de mão de obra dedicada e todos os materiais e equipamentos necessários para sua perfeita execução, e, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado e em edital.

O serviço é enquadrado como continuado por ser requerido a sua prestação de forma ininterrupta, cuja ausência prejudica as atividades do órgão no desenvolvimento de suas atividades regulares e manutenção da salubridade ambiental e patrimonial, cuja vigência plurianual é considerada mais vantajosa, pois o reduzido efetivo de servidores da área administrativa, que agrega várias funções, não tem capacidade de subsidiar toda a logística das contratações da unidade.

Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

Modalidade de Licitação Adotada

Para o futuro certame será adotada a modalidade Pregão, uma vez que o objeto do processo administrativo compreende serviços que se enquadram nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada, e sendo classificados como comuns, conforme preconiza o inciso XLI do art. 6º e art. 29 da Lei nº 14.133/2021, citamos:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

Art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o [art. 17 desta Lei](#), adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

Consoante ao disposto no parágrafo § 2º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, será adotada a forma eletrônica.

Art. 17. O processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência:

(...)

§ 2º As licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo.

Garantia da contratação

Será exigida a prestação de garantia pela Contratada no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, a ser comprovada no prazo de 10 (dez) dias úteis a partir da data da celebração do contrato, prorrogados por igual período a critério da Coordenação Regional Médio Purus.

Vigência do Contrato

Por se tratar de serviços contínuos, o prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 10 (dez) anos, com fundamento nos artigos 106 e 107 da Lei 14.133/2021.

Participação de Consórcios

No que tange a participação de consórcios, o mesmo não será admitido, pois a contratação não se enquadra nos termos que admite esta possibilidade, ou seja, não compreende valores de grande vulto e alta complexidade que o requeiram. Ademais, sua admissão reduziria o universo da disputa, uma vez que os serviços podem ser prestados por empresas de diferentes portes, as quais podem individualmente apresentar propostas, de forma a ampliar o universo da disputa, o que resultaria em uma contratação mais vantajosa para a Administração Pública.

Participação de Cooperativas, Agricultores Familiares e Produtor Rural

Exclui-se a participação de Cooperativas, Agricultores Familiares e Produtor Rural, porque além da natureza dos serviços não permitirem, conforme artigo 5º da Lei nº 12.690/2012, a contratação de serviços terceirizados de Limpeza e Conservação Predial, Copeiragem e Cozinheiro, não se enquadram nos pressupostos que viabilizam a sua participação, tais como a prestação dos serviços efetuada diretamente pelos cooperados com fornecimento contínuo dos insumos e equipamentos em quantitativos e frequência regulares, o que ensejaria prejuízos a Administração a sua admissão visto não deterem a capacidade para cumprirem as disposições contratuais conforme quantidade e qualidade requeridos.

Tratamento Diferenciado e Cotas

Por não se enquadrar ou mesmo ser vantajoso para o certame a exclusividade para microempresas e empresas de pequeno porte, ou mesmo o estabelecimento de cotas reservadas, conforme inciso III do artigo 48 da Lei Complementar nº 123/2006, uma vez que isso significaria reduzir o universo da disputa, ademais de representar prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado por limitar a concorrência do mercado, com fundamento no Art. 10, inciso II, do Decreto nº 8.538/15, o benefício não será concedido. No entanto, importa salientar que as MEs e EPPs já se encontram favorecidas pela legislação nos certames da Administração, bem como são as que comumente os arrematam.

6- ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

A estimativa das quantidades a serem contratadas são as apresentadas no DFD (SEI nº 6099113) , cuja discriminação encontra-se na planilha abaixo:

| ITEM | DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS | CBO | CATSER | UND | QTD |
|-------|---|---------|--------|----------|-----|
| 1 | Prestação dos serviços de limpeza, higienização, asseio , além da mão de obra, o fornecimento de equipamentos, materiais de limpeza e domissanitários, equipamentos de proteção individual - EPI e uniformes, a serem executados na sede administrativa da Coordenação Regional Médio Purus, CTLs vinculadas e Flutuante. | 5143-20 | 27782 | Servente | 6 |
| TOTAL | | | | | 6 |

Para a determinação dos quantitativos dos serventes de limpeza se considerou a área do atual imóvel da sede administrativa do órgão, cujo cômputo está devidamente discriminado na tabela abaixo:

1. CR-Mpur e CFPE Madeira Purus:

| CR MÉDIO PURUS e CFPE MADEIRA-PURUS | | | | | | | | | |
|-------------------------------------|---|--------------------------|--------------|-------------------|----------------------|-----------|--------------------------|----------------------|--------------------|
| Município | Local | Esquadrias Externas (m²) | | Área interna (m²) | | | Área externa (m²) | | |
| | | Face externa sem risco | Face interna | Piso Frio | Almoxarifado/Galpões | Banheiros | Pisos adjacentes/ Pátios | Varrição de Passeios | Área Externa Geral |
| Lábrea/AM | Rua Marechal Deodoro, 2220, 2º Pavimento, Centro, CEP 69830-000 | | 200,00 m² | 540,00 m² | | | | | |
| TOTAL | | | 200,00 m² | 540,00 m² | | | | | |
| TOTAL DE SERVENTES | | 1 | | | | | | | |

2. CTL Lábrea:

| CTL DE LÁBREA | | | | |
|---------------|-------|--------------------------|-------------------|-------------------|
| Município | Local | Esquadrias Externas (m²) | Área interna (m²) | Área externa (m²) |
| | | | | |

| | | | | | | | | | |
|--------------------|---|------------------------|--------------|-----------|----------------------|-----------|--------------------------|----------------------|--------------------|
| | | Face externa sem risco | Face interna | Piso Frio | Almoxarifado/Galpões | Banheiros | Pisos adjacentes/ Pátios | Varrição de Passeios | Área Externa Geral |
| Lábrea/AM | Rua Marechal Deodoro, 2220, 2º Pavimento, Centro, CEP 69830-000 | | 100,00 m² | 540,00 m² | | | | | 150,00 m² |
| TOTAL | | | 100,00 m² | 540,00 m² | | | | | 150,00 m² |
| TOTAL DE SERVENTES | | 1 | | | | | | | |

3. CTL de Canutama:

| CTL DE CANUTAMA | | | | | | | | | |
|--------------------|---|--------------------------|-------------------|-----------|----------------------|-------------------|--------------------------|----------------------|--------------------|
| Município | Local | Esquadrias Externas (m²) | Área interna (m²) | | | Área externa (m²) | | | |
| | | Face externa sem risco | Face interna | Piso Frio | Almoxarifado/Galpões | Banheiros | Pisos adjacentes/ Pátios | Varrição de Passeios | Área Externa Geral |
| Canutama/AM | Rua Teixeira de Freitas, S/N, Centro, CEP 69820-000 | | 140,00 m² | 446,00 m² | | | | | 120,00 m² |
| TOTAL | | | 140,00 m² | 446,00 m² | | | | | 120,00 m² |
| TOTAL DE SERVENTES | | 1 | | | | | | | |

4. CTL de Tapauá

| CTL DE TAPAUÁ | | | | | | | | | |
|---------------|--|--|--|--|--|--|--|--|--|
| | | | | | | | | | |

| Município | Local | Esquadrias Externas (m²) | | Área interna (m²) | | | Área externa (m²) | | |
|--------------------|---|--------------------------|--------------|-------------------|----------------------|-----------|--------------------------|----------------------|--------------------|
| | | Face externa sem risco | Face interna | Piso Frio | Almoxarifado/Galpões | Banheiros | Pisos adjacentes/ Pátios | Varrição de Passeios | Área Externa Geral |
| Tapauá/AM | Rua Travessa João Paulo II, nº 65, Bairro Manuel Costa, CEP 69480-000 | | 16,5 m² | 140,25 m² | | | | | |
| TOTAL | | | 16,5 m² | 140,25 m² | | | | | |
| TOTAL DE SERVENTES | | 1 | | | | | | | |

5. CTL Pauini:

| CTL DE PAUINI | | | | | | | | | |
|--------------------|--|--------------------------|--------------|-------------------|----------------------|-----------|--------------------------|----------------------|--------------------|
| Município | Local | Esquadrias Externas (m²) | | Área interna (m²) | | | Área externa (m²) | | |
| | | Face externa sem risco | Face interna | Piso Frio | Almoxarifado/Galpões | Banheiros | Pisos adjacentes/ Pátios | Varrição de Passeios | Área Externa Geral |
| Pauni/AM | Rua Valdir Alves de Souza, 02, Mangueiral, CEP 69860-000 | | 8,4 m² | 81,00 m² | | | | | |
| TOTAL | | | 8,4 m² | 81,00 m² | | | | | |
| TOTAL DE SERVENTES | | 1 | | | | | | | |

6. Flutuante:

| CR MÉDIO PURUS e CFPE MADEIRA-PURUS | | | | | | | | | |
|-------------------------------------|---|--------------------------|--------------|-------------------|----------------------|-----------|--------------------------|----------------------|--------------------|
| Município | Local | Esquadrias Externas (m²) | | Área interna (m²) | | | Área externa (m²) | | |
| | | Face externa sem risco | Face interna | Piso Frio | Almoxarifado/Galpões | Banheiros | Pisos adjacentes/ Pátios | Varrição de Passeios | Área Externa Geral |
| Lábrea/AM | Rua Trapicho Beira Mar, 0, Centro, Flutuante, CEP 69830-000 | | 17,00 m² | 168,00 m² | | | | | 123,50 m² |
| TOTAL DA ÁREA | | | 17,00 m² | 168,00 m² | | | | | 123,50 m² |

| | |
|--------------------|---|
| TOTAL DE SERVENTES | 1 |
| | |
| | |

| 7- ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO | | | | | | |
|---|--|---------|--------|----------|---------|---|
| A estimativa de preços segue as disposições da IN nº 65/2021, estando devidamente minudenciados nos Mapas de Formação de Preços e Análise Crítica sob o SEI nº 6101151 e 6367121, e elencados na tabela abaixo: | | | | | | |
| GRUPO 01 | | | | | | |
| Item | Descrição | CBO | CATSER | UND | QTD (A) | PREÇO UNITÁRIO (B) VALOR MENSAL por Posto |
| 1 | Prestação dos serviços de limpeza, higienização, asseio e conservação predial que compreenderão, além da mão de obra, o fornecimento de equipamentos, materiais de limpeza e domissanitários, equipamentos de proteção individual - e uniformes, a serem executados na sedes administrativas da <u>Coordenação Regional Médio Purus.</u> | 5143-20 | 27782 | Servente | 1 | R\$ 5.395,23 |
| 2 | Prestação dos serviços de limpeza, higienização, asseio e conservação predial que compreenderão, além da mão de obra, o fornecimento de equipamentos, materiais de limpeza e domissanitários, equipamentos de proteção individual - e uniformes, a serem executados na sede da <u>Coordenação Técnica Local de Lábrea.</u> | 5143-20 | 27782 | Servente | 1 | R\$ 5.395,23 |
| 3 | Prestação dos serviços de limpeza, higienização, asseio e conservação predial que compreenderão, além da mão de obra, o fornecimento de equipamentos, materiais de limpeza e domissanitários, equipamentos de proteção individual - e uniformes, a serem executados na sede da <u>Coordenação Técnica Local de Canutama.</u> | 5143-20 | 27782 | Servente | 1 | R\$ 5.395,23 |
| 4 | Prestação dos serviços de limpeza, higienização, asseio e conservação predial que compreenderão, além da mão de obra, o fornecimento de equipamentos, materiais de limpeza e domissanitários, equipamentos de proteção individual - e uniformes, a serem executados na sede da <u>Coordenação Técnica Local de Tapauá.</u> | 5143-20 | 27782 | Servente | 1 | R\$ 5.395,23 |

| | | | | | | |
|---------------------|--|---------|-------|----------|---|-----------------------|
| 5 | Prestação dos serviços de limpeza, higienização, asseio e conservação predial que compreenderão, além da mão de obra, o fornecimento de equipamentos, materiais de limpeza e domissanitários, equipamentos de proteção individual - e uniformes, a serem executados na sede da <u>Coordenação Técnica Local de Pauini.</u> | 5143-20 | 27782 | Servente | 1 | R\$ 5.395,23 |
| 6 | Prestação dos serviços de limpeza, higienização, asseio e conservação predial que compreenderão, além da mão de obra, o fornecimento de equipamentos, materiais de limpeza e domissanitários, equipamentos de proteção individual - e uniformes, a serem executados na base Flutuante. | 5143-20 | 27782 | Servente | 1 | R\$ 5.395,23 |
| Valor mensal total | | | | | | R\$ 32.371,38 |
| TOTAL GLOBAL | | | | | | R\$ 388.456,56 |
| | | | | | | |

| 8- JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO |
|---|
| <p>Muito embora, o regramento legal estabeleça o parcelamento como norma, o mesmo não se aplica na presente demanda, sendo necessário o agrupamento dos serviços em um só grupo, levando-se em conta a natureza dos serviços ora demandados, e com a finalidade de reduzir a possibilidade de ocorrência de perda de economia de escala e no intuito de fomentar a competitividade, além de viabilizar um melhor gerenciamento dos serviços prestados, buscando evitar o desperdício de recursos e minimizar os riscos de eventuais prejuízos à Administração e/ou de comprometimento da qualidade desses serviços. Desta feita, afasta-se o caráter de parcelamento e segue-se à licitação com os itens agrupados.</p> <p>Ademais, a formação de um único grupo com6 itens ocorrerá por se considerar que os mesmos tem a mesma natureza, respeitando-se também o principio da padronização e qualidade dos serviços. Além de promover a necessária atratividade para o certame, pois a contratação de um único posto diminui o interesse das empresas do ramo e, consequentemente, diminui a quantidade de participantes e onera a contratação.</p> <p>Portanto, não deverá haver divisão da solução, uma vez que o mesmo apresenta similaridade entre as características dos serviços e maior vantajosidade econômica, ademais de propiciar melhor gestão da avença, pois o reduzido efetivo de servidores encontram-se com elevada agregação de atividades da área meio e fim do órgão. Desta feita, a contratação em um único grupo respeitará os princípios basilares das contratações públicas, em especial os condizentes a ampliação da disputa, eficiência e economicidade.</p> |

| 9- CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES |
|---|
| Não se verifica a necessidade de contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade da contratação dos serviços pretendidos. |

| 10- ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO |
|--|
| |

A presente contratação tem seu respaldo no Planejamento Estratégico 2020/2023 da Fundação Nacional do Índio-FUNAI, aprovado pela Portaria nº 1025/PRES, de 08 de setembro de 2020.

A futura avença está contemplada no Plano de Contratações Anual - PCA 2022, conforme detalhamento a seguir:

I - Classe/Grupo: 851 - SERVIÇOS DE AGÊNCIAS DE EMPREGOS E FORNECIMENTO DE PESSOAL; 853 - SERVIÇOS DE LIMPEZA e 859 - OUTROS SERVIÇOS DE SUPORTE

II - DFD: 5/2023

A despesa correrá à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União para o exercício de 2023, na dotação abaixo discriminada:

| | |
|----------------------|-----------------|
| GESTÃO/UNIDADE: | 19208/194048 |
| FONTE: | 1000000000 |
| NATUREZA DA DESPESA: | 3390.37. |
| PTRES | 225450 e 227321 |

11- BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

A contratação pretendida propiciará a logística adequada para o perfeito atendimento do público interno e externo da Coordenação Regional Médio Puru, CTLs vinculadas e Flutuante, bem como o funcionamento regular das unidades referidas em cumprimento a missão institucional.

Além disso, os serviços possibilitarão:

Redução de custos - considera-se que esta redução ocorra, principalmente devido a fatores como a desobrigação da necessidade de manter vínculos trabalhistas e com a responsabilidade da contratada em providenciar o fornecimento de equipamentos e materiais para o uso pelos funcionários durante a execução das tarefas.

Maior eficiência e disponibilidade de profissionais e equipamentos - aumento da capacidade organizacional com maior otimização dos trabalhos prestados pela instituição, a qual tem a possibilidade de dedicar seus esforços exclusivamente nas áreas estratégicas de sua atuação, haja vista que a reposição de materiais, substituição de funcionários e de equipamentos e encargos tributários ficam sob a responsabilidade da Contratada.

Maior qualidade no resultado - a Contratada possui maior experiência no ramo, desta forma disponibilizará profissionais capacitados e adequados para o atendimento das necessidades da Contratante.

12- PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

A autoridade competente da Coordenação Regional Médio Purus deverá designar servidores capacitados para atuarem como gestores, fiscais técnicos e administrativos do Contrato de forma a acompanhar e fiscalizar tecnicamente e administrativamente a execução dos termos contratuais pela CONTRATADA, conforme preceitua a legislação vigente.

Os servidores deverão compreender o ordenamento constante na IN SEGES/MPDG n. 5/2017, e no Caderno de Logística: Pagamento pelo Fato Gerador, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Especialmente ao que tange ao pagamento, cujo legislador deixa claro no Caderno de

Logística supramencionado, citamos o teor das páginas 12 e 13:

Cumpridos os procedimentos de adjudicação/homologação, o órgão ou entidade deverá observar as seguintes diretrizes para a realização dos pagamentos:

a) Realizar o empenho da despesa para pagamento do fornecedor (denominado “Nota de Empenho”), consoante arts. 58 a 70 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;

b) Observar que a liquidação da despesa depende de prévia comprovação dos serviços prestados pelo contratado.

b.1 Essa comprovação será com base nas regras contratuais e nos comprovantes da efetiva prestação do serviço realizado.

c) Verificados os requisitos legais da emissão de empenho e liquidação, a fase de pagamento será realizada pela Administração com base no resultado apresentado, portanto, serão destacadas do valor mensal do contrato aquelas rubricas da planilha de formação de preços que não foram comprovadas a sua ocorrência (conforme subitem (ii) do item c.2 do 3.1– Planejamento deste Caderno);

d) A autorização pela Administração para o pagamento dos valores referentes a férias, 1/3 (um terço) de férias previstas na Constituição, 13º (décimo terceiro) salários, ausências legais, verbas rescisórias, devidos aos trabalhadores, bem como outros de evento futuro e incerto, somente será expedida após a comprovação efetiva (documentação comprobatória) das ocorrências pelo contratado, momento esse que se dará o direito adquirido ao recebimento;

d.1. Para o pagamento pela Administração das rubricas acima, a empresa deverá apresentar ao órgão ou entidade contratante os documentos comprobatórios das ocorrências e seus respectivos prazos de vencimento, para que se possa providenciar a quitação das referidas verbas.

d.2. Após a confirmação da ocorrência da situação que enseja pagamento, o órgão ou entidade contratante expedirá a autorização para quitação, a qual deverá seguir estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, previstas em edital, observando inclusive o que dispõe o Anexo XI da IN nº 5, de 2017, que trata do processo de pagamento.

e) Depois da emissão da Nota de Empenho no valor correspondente ao resultado comprovado pelo fornecedor (Nota Fiscal pelo valor exato dimensionado), o saldo remanescente permanece disponível para assumir os compromissos mensais do contrato, sempre observando que deverá ser diminuído do valor para pagamento mensal àquelas rubricas que não ocorreram, observando o inciso II do art. 50 e o Anexo XI (processo de pagamento) da IN nº 5, de 2017:

IN nº 5, de 2017

“Art. 50. (...)

(...)

II - o recebimento definitivo pelo gestor do contrato, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecerá às seguintes diretrizes:

(...)

c) comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), observado o Anexo VIII-A ou instrumento substituto, se for o caso.

(...)

ANEXO XI

DO PROCESSO DE PAGAMENTO

4.2. Observado o disposto na alínea “c” do inciso II do art. 50 desta Instrução Normativa, quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado, evitando, assim, efeitos tributários sobre valor glosado pela Administração.

Consoante aos termos do §2º do art. 18 da IN/SEGES 5/2017, optou-se como forma de controle interno o pagamento pelo fato gerador, isto ocorrendo em face das dificuldades encontradas para viabilizar a abertura de conta-vinculada nas últimas contratações, ademais dos gestores, fiscais e SEPLAN não conseguirem fazer uso de tal instrumento, desta feita, considera-se mais factível o uso do supramencionado instrumento de controle para a realidade institucional.

13- POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

A Contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços, tais como:

Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada e energia, por parte de seus empregados, consoante os termos da Instrução Normativa SLTI nº 01/2010;

Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela

ANVISA;

Otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, através das seguintes medidas, dentre outras:

- a) racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;
- b) substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- c) usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela

ANVISA;

- d) treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução de desperdícios e poluição.

Utilizar lavagem com água de reuso ou outras fontes, sempre que possível (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros);

Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7/12/94, e legislação correlata, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução dos serviços;

Respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, dentre os quais:

a) pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos devem ser recolhidas e encaminhadas aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores;

b) lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral devem ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica;

c) pneumáticos inservíveis devem ser encaminhados aos fabricantes para destinação final, ambientalmente adequada conforme disciplina normativa vigente.

Atender, no que couber, critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, tais como:

- a) menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- b) preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- c) maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- d) maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- e) uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais.

Realizar a disposição final e ambientalmente adequada das embalagens, resíduos e materiais inservíveis após o uso, em observância à Logística Reversa disposta no Art. 33 da Lei nº 12.305, de 2010 – PNRS;

Acondicionar os resíduos sólidos para coleta de forma adequada, observando as normas municipais que estabelecem as regras para seleção e acondicionamento dos resíduos no próprio local de origem e que indicam os locais de entrega e coleta;

Treinar e capacitar periodicamente seus funcionários em práticas de redução do consumo de energia elétrica, água tratada, geração de resíduos, desperdícios e poluição, de forma a implementar as lições aprendidas durante a prestação dos serviços, zelando pela preservação do meio ambiente;

Adotar boas práticas de otimização na utilização de recursos naturais, redução de desperdícios e menor poluição, tais como:

- a) racionalizar/economizar energia elétrica com a utilização de equipamentos mais eficientes, que possuam a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), para os casos possíveis, conforme regulamentações vigentes;
- b) evitar o desperdício da água potável com a verificação da normalização de equipamentos quanto ao seu funcionamento (se estão regulados, quebrados ou com defeitos);
- c) racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;
- d) substituir substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade; e
- e) reciclar e destinar adequadamente os resíduos gerados durante a realização dos serviços.

Destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e substâncias utilizados na prestação de serviços;

Não utilizar as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:

- I - deposição inadequada no solo;
- II - deposição em áreas sob regime de proteção especial e áreas sujeitas a inundação;
- III - lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;
- IV - lançamento in natura a céu aberto;
- V - lançamento em sistemas de redes de drenagem de águas pluviais, de esgotos, de eletricidade, de telecomunicações e assemelhados;
- VI - infiltração no solo sem tratamento prévio e projeto aprovado pelo órgão e controle ambiental estadual competente;
- VII - queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;
- VIII - outras formas vedadas pelo poder público;
- IX - utilização para alimentação animal, em desacordo com a legislação vigente; e
- X - utilização para alimentação humana.

Observar o contido na Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 2010, além de outras práticas sustentáveis aplicáveis a prestação dos serviços;

Respeitar as Normas Brasileiras (NBRs) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) sobre resíduos sólidos, bem como a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

Ademais, a CONTRATADA deverá contribuir, no que couber, para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225, da Constituição Federal/88 e em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, Lei nº 12.187/2009, Lei nº 12.305/2010, Decreto nº 7.404/2010, e o art. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010.

14- DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE E JUSTIFICATIVA DA VIABILIDADE

Esta equipe de planejamento declara VIÁVEL esta contratação, uma vez que os serviços acessórios a serem contratados permitirá que o órgão desempenhe exclusivamente suas atribuições na execução da Política Indigenista do Estado Brasileiro em cumprimento a missão institucional.

| 15- RESPONSÁVEIS | | |
|---|--|--|
| NOME | NOME | NOME |
| (Assinado Eletronicamente) EDINALDO CORREIA GOMES MADEIRA Matrícula: 1965461 | (Assinado Eletronicamente) FRANCISCO GERALDO PAULINO Matrícula: 1186525 | (Assinado Eletronicamente) ITHANA GRASCIELA MACÊDO BARBOSA Matrícula: 3012555 |

| PARECER DA AUTORIDADE COMPETENTE DA LICITAÇÃO: | |
|--|---------------------------------|
| APROVO o teor do presente documento, uma vez que o mesmo atende a necessidade do órgão e está em consonância com a legislação vigente. | |
| NOME: | ANTONIO ALMIR NOGUEIRA DA SILVA |
| CARGO: | Coordenador Regional |



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Geraldo Paulino, Chefe de Divisão**, em 14/03/2024, às 16:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Almir Nogueira da Silva, Coordenador(a) Regional**, em 14/03/2024, às 16:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ithana Graciela Macedo Barbosa, Chefe de Serviço**, em 18/03/2024, às 11:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edinaldo Correia Gomes, Auxiliar em Indigenismo**, em 19/03/2024, às 17:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site: http://sei.funai.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6335965** e o código CRC **5A6FB747**.

Referência: Processo nº 08116.001905/2023-14

SEI nº 6335965